

## **O Mundo em Português Nº1**

Outubro 1999

### **A segurança futura de Timor e o contexto regional**

Miguel Santos Neves

Os trágicos acontecimentos ocorridos em Timor Leste após a divulgação dos resultados do referendium de 30 de Agosto planeados e consumados pelas Forças Armadas Indonésias (TNI), prenunciam um quadro de forte incerteza e apreensão relativamente à segurança do futuro Estado.

Embora as atenções estejam presentemente centradas na intervenção da força multinacional de imposição da paz, a verdade é que a questão da criação de condições de segurança a longo prazo para o futuro Estado de Timor deve ser desde já objecto de reflexão.

Nesta perspectiva assume particular relevância o forte protagonismo político e militar assumido pela Austrália, traduzido na pressão política sobre Jakarta para a aceitação do referendium e na liderança da força multinacional de imposição da paz, o qual para além de reflectir valores de solidariedade e uma genuína preocupação na defesa da democracia e dos direitos humanos, parece também indiciar uma vontade determinada de Camberra de reforçar a sua influência regional e o seu peso estratégico numa área tradicionalmente de influência da Indonésia. Nesta lógica existe o risco de se vir a consolidar uma linha que aponte para uma aliança exclusiva com a Austrália quer no plano económico quer no plano político e da segurança. A Austrália surgiria com um estatuto de "protector" e principal "âncora" da segurança de Timor, contrabalançando a Indonésia encarada, em consequência dos acontecimentos recentes, como um vizinho estruturalmente hostil. Sendo indiscutível que a Austrália terá sempre um papel fundamental, a segurança do futuro Estado deverá ser equacionada numa perspectiva mais ampla.

A arquitectura de segurança na Ásia Oriental, e não apenas do Sudeste Asiático, deve ser o quadro de referência. No pós-Guerra Fria esta tem sido alicerçada em três aspectos essenciais: (i) o papel predominante dos EUA cuja presença, alicerçada numa rede de tratados de defesa bilaterais com parceiros privilegiados e numa presença de cerca de 100.000 efectivos militares, garante os frágeis equilíbrios entre os poderes regionais (ii) o funcionamento do triângulo estratégico EUA-China-Japão, marcado pela emergência da China como potência regional (iii) os mecanismos regionais colectivos de diplomacia preventiva que incluem a ASEAN e o Asean Regional Forum (ARF) de âmbito mais alargado, cujos objectivos essenciais visaram garantir o envolvimento da China e a manutenção da presença americana e dos seus compromissos na região. Parece assim claro que a segurança de Timor não pode deixar de incluir uma reflexão sobre as relações com os EUA e a discussão sobre o tipo de Tratados no âmbito da defesa e segurança susceptíveis de ter um efeito dissuasor e de oferecer garantias ao futuro Estado. O desenvolvimento de uma ligação de segurança com um poder externo à região parece ser uma via a explorar e que foi adoptada por outros países como a Malásia e Singapura através do seu envolvimento no Five Powers Pact (que associa estes dois países ao Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia).

A construção, ainda que se adivinhe difícil, de uma relação de boa vizinhança e confiança com a Indonésia deve ser um aspecto prioritário. Com efeito, é o risco de consolidação de uma atitude hostil por parte da Indonésia que constitui a principal fonte de ameaças potenciais para a segurança de Timor, as quais se poderão traduzir, por exemplo, em acções subversivas continuadas conduzidas a partir de

santuários em Timor Ocidental ; na criação de sérias dificuldades no acesso ao enclave de Ambino, pondo em causa a integridade do território e a soberania ; ou na violação reiterada das águas territoriais de Timor atenta a contiguidade e complexa articulação com as águas territoriais indonésias. Ora não só não está demonstrado que a Austrália tenha capacidade efectiva de fazer face a ameaças desta natureza como o desenvolvimento de uma relação de exclusividade com Camberra que a Indonésia interprete como sendo uma aliança contra si, poderia provocar o aumento de hostilidade e da tensão e não a sua redução. Não podemos ignorar que em resultado da crise de Timor as relações entre Jakarta e Camberra se deterioraram existindo o risco de Timor Leste ser apanhado entre dois fogos e se transformar no instrumento de um conflito mais alargado entre a Indonésia e a Austrália.

Neste sentido, a melhoria das relações com a Indonésia poderia ser facilitada pelo envolvimento de Timor na ASEAN, opção que se reveste de algumas potencialidades interessantes. Com efeito, se é verdade que a ASEAN tem sido um relativo insucesso no plano económico sendo salientada a sua incapacidade para consumir o processo de integração económica (AFTA) ou de dar uma resposta colectiva eficaz à crise asiática, é geralmente reconhecida como uma história de sucesso no capítulo da segurança, nomeadamente na prevenção de conflitos entre os seus membros, no reforço da estabilidade intra-regional e na sublimação das tensões entre a Indonésia e os outros membros. Esta é precisamente a dimensão interessante para Timor, a de adesão a um mecanismo colectivo de diplomacia preventiva que mediatize a sua relação com a Indonésia e crie oportunidades para contactos frequentes e relações pessoais com a nova liderança indonésia. A este propósito convirá salientar que caso a AFTA venha efectivamente a avançar em 2002, tal poderá implicar uma potencial incompatibilidade com a eventual adesão de Timor ao acordo de liberalização comercial entre a Austrália e a Nova Zelândia (ANZCERTA).

O desenvolvimento de uma relação com os EUA que envolva a dimensão da segurança e a implementação de uma estratégia de relações equilibradas entre a Austrália e a Indonésia/ASEAN parecem ser dois dos principais desafios que se colocam a Timor na perspectiva da sua segurança a longo prazo. Uma relação de aliança exclusiva com a Austrália, poderá não só constituir uma solução susceptível de gerar um maior nível de tensão com a Indonésia, como criar uma forte dependência em relação a um único país limitando a capacidade negocial do novo Estado. A Europa, para além da já anunciada ajuda financeira, terá também de pensar o seu papel nesta matéria.